

mulher era mais «sentimental» que «filósofa». Sua inteligência aplicava-se com mais segurança aos «objetos de seus afetos». Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indisponha-a para os trabalhos do espírito e para toda atividade intelectual. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão eram «virtudes essenciais» ao seu sexo.⁴⁶ A excessiva impressionabilidade que marcava seu cérebro produzia o «capricho» e o «instinto de coquetterie» que davam «graça e mérito» ao sexo feminino.⁴⁷ De posse de toda esta instabilidade do espírito e desse vulcão sentimental, a mulher, definitivamente, estava destinada ao amor: «Em amar e ser amada resume-se a vida da mulher».⁴⁸

Um outro autor dava testemunhos semelhantes da natureza feminina: «A mulher é um composto de paixões exaltantes que a impele a viver pegada ao homem, como a trepadeira a um tronco; não tendo senão um fim em sua existência, ela emprega todas as forças de sua alma, converte todos os seus afetos (...) em conseguir esse fim, sem mesmo atender à sua conveniência individual.»⁴⁹ Prosseguindo, a descrição concentrava-se na capacidade intelectual feminina: «O que dissemos da mulher moral, podemos dizer da mulher intelectual: ela foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar: superior a ele em sagacidade e prontidão em compreender, é contudo muito inferior em raciocínio e reflexão: aquelas que têm apresentado uma inteligência superior, têm sido sempre à custa de suas qualidades femininas».⁵⁰ Enfim, após todo esse prólogo, a conclusão previsional: «Mas o que constitui a verdadeira feminilidade da mulher é a susceptibilidade em amar: «O amor, que como diz um distinto poeta inglês, é um episódio na vida do homem, é uma vida inteira na mulher»; todas as outras paixões, mesmo afetivas, são como que os enfeites do quadro que ela só preenche».⁵¹

46. *Ibid.*, pp. 8-9.

47. *Ibid.*, p. 10.

48. *Ibid.*

49. Costa, José Luiz da, op. cit., pp. 18-19.

50. *Ibid.*, p. 19.

51. *Ibid.*

O homem era o exato oposto da mulher. Seu perfil emocional era dominado pelo vigor físico e intelectual: «O destino marcado pela natureza aos dois sexos parece vir em apoio do que temos dito sobre a predominância dos sentimentos na mulher: o homem concebe por seu espírito e executa com a força de seu braço».⁵² Nele, a firmeza e a atividade sobressaíam-se: «A natureza no homem parece vencer os obstáculos que se lhe opõem, pela força e atividade: na mulher, ela parece subtraí-los à sua ação, não reagindo sobre eles».⁵³ A dissonância sentimental transparecia até em fatos banais, como o modo de andar: «... o andar ou passo do homem é mais firme e mais alto; a mulher com seu pequeno e delicado pé caminha mais sutil e elegantemente».⁵⁴

Dominado por todas estas qualidades másculas e viris, o homem era menos propenso ao amor que as mulheres. Embora seu amor fosse «franco», direto, sem dissimulação, era menos consistente e menos abnegado que o amor feminino. Sua verdadeira inclinação era para os «gostos de Epicuro», para o desejo do gozo puramente sensual.⁵⁵

Esta classificação miniatural excedia seus propósitos e criava obstáculos à união entre os sexos. Como conceber a unidade conjugal dada a disparidade físico-sentimental dos cônjuges? Havia, naturalmente, o argumento da atração sexual e da complementaridade das almas e corpos. Mas a higiene terminou por enfraquecer este «impulso natural», na ânsia de criar diferenças entre homens e mulheres. A mulher amava mais que o homem. Devia, além do mais, ser passiva, submissa, *coquette*, caprichosa, doce, meiga, devotada, etc. O homem devia ser mais seco, racional, autoritário, ativo, menos amoroso, mais duro, etc. O problema era fazer o homem suportar os caprichos, *coquetteries*, sentimentalismos e exigências amorosas das mulheres, e inversamente, fazê-las aceitar a prepotência, o autoritarismo e a frieza sentimental do homem.

52. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 7.

53. *Ibid.*, p. 6.

54. *Ibid.*

55. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 12-13.

O segundo uso do amor veio solucionar este impasse. Neste caso; ele estava explicitamente referido à situação conjugal. Segundo a higiene, era enquanto pai e mãe que o homem e a mulher poderiam entrar em comum acordo e aparar as arestas resultantes de suas diferenças sentimentais. Amor feminino e masculino só entravam em sintonia na vida conjugal fértil.

No casamento produtivo, as diferenças harmonizavam-se porque homens e mulheres perseguiram um ideal superior, capaz de uni-los não obstante as divergências. Mais que isto, este ideal precisava justamente dessa diversidade para ser levado a termo. A educação dos filhos começou, desta forma, a surgir como uma nova maneira de amar. O cuidado das crianças não era mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor. Amor paterno e amor materno eram o denominador comum entre homens e mulheres. Só este modo de amar conciliava o inconciliável. Enquanto o amor insistisse em viver fora deste padrão teria uma existência instável e conflituosa.

Mediante esta segunda tática, os médicos provavam aos indivíduos que só lhes restava uma maneira de amar em paz: converterem-se incondicionalmente à função de pai e mãe. Ser pai e ser mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher. Finalidade inscrita na natureza sentimental de cada um deles. Finalidade que permitia, ao mesmo tempo, a plena realização do potencial sexual e amoroso do homem e da mulher, o respeito pelas diferenças específicas dos cônjuges e a tranquilidade, coesão e continuidade da vida em família.

Para a higiene esta era uma evidência natural e indiscutível. A natureza física e emocional do homem impelia-o a ser pai: «... o homem, destinado pela natureza ao trabalho, ao combate das forças físicas, ao uso do pensamento, a se servir da razão e do gênio para sustentar sua família, da qual ele deve ser o primeiro chefe, teve em partilha uma organização mais forte e mais desenvolvida». ⁵⁶ Na realização desta função ele encontrava sua mais alta expressão humana: «Esposo e Pai é quando o homem

julga-se feliz; é quando a razão se esclarece mais e robustece as doutrinas moralizadoras do dever; é quando o homem deixa de ser uma simples alegria para os que os ampararam e votaram-lhe carinho e amizade, e torna-se o chefe da família, símbolo da virtude e do respeito.

«O casamento levanta o homem do meio da humanidade onde se perdia confundido na multidão, dá-lhe foros de uma entidade cheia de prestígio e poder, concedendo-lhe as garantias mais seguras da vida física e moral». ⁵⁷

A mulher, por sua vez, nasceu para a família e para a maternidade: «A mulher (...) não é feita para figurar no liceu ou pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não era muita para os numerosos cuidados que esta reclama». ⁵⁸ Os sinais desta vocação eram perceptíveis desde a mais tenra idade: «Com efeito, desde sua infância a mulher começa a manifestar os doces sentimentos que a devem sucessivamente tornar amante, esposa e mãe. (...) Mais fraca a todos os respeitos (que o homem) é a mais própria a prodigalizar à família os cuidados que ela reclama de sua ternura e do seu afeto. A mole infância teria de sofrer muitas vezes se houvesse de esperar socorros tardios da fria razão; a voz imperiosa do sentimento induz a mulher a prestar-lhe amparo mais à sua fragilidade; este mesmo sentimento faz com que ela suporte com ânimo alegre os maiores sacrifícios em favor do seu filho, com consciência muitas vezes de não receber dele o menor sinal de gratidão». ⁵⁹

O amor permitiu à higiene realizar sua manobra mais ambiciosa e, talvez, mais bem sucedida junto à família: converter quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai, e a da mulher ao personagem da mãe.

Esta identificação entre masculinidade e paternidade e feminilidade e maternidade será o padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres.

57. Viana, Atônio da Fonseca, op. cit., p. 4.

58. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 8.

59. Ibid., p. 7.

56. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 6.

4. O pai: *manequim higiênico do homem*

O homem, segundo a higiene, devia ser antes de tudo pai. Mas, esta função não coincidia com a atividade familiar do patriarca colonial. O pai antigo era fundamentalmente um proprietário. Possuía bens, escravos, mulheres e filhos a quem impunha sua lei e seu direito, sem maiores obrigações para com terceiros. Deveres, só para consigo mesmo. Compromissos, só com seu nome, sua honra, suas riquezas.

O «pai higiênico» nasceu com outra ética e outra «profissão». Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da «raça» e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos, diminutos. Devia prover a subsistência material da família, otimizar a reprodução física da «raça» e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar.

Este pai foi o manequim higiênico do homem. Forneceu as medidas de masculinidade social e comportamento físico em que se encaixava o adulto viril.

LIBERTINOS, CELIBATÁRIOS E HOMOSSEXUAIS

O modelo médico do homem-pai explica, por um lado, a insistência dada à educação física, moral, sexual e intelectual dos meninos: por outro, as reiteradas condenações a libertinos, celibatários e homossexuais.

Estes três tipos de homem ocuparam enormes espaços na literatura higiênica. Os médicos apresentavam-nos como seres irresponsáveis e abomináveis, habitantes do submundo da saúde e do convívio social. Eram também mostrados como suicidas e homicidas; como assassinos do próprio corpo e assassinos do bem-estar biológico-social. Uma pequena mostra das opiniões sobre libertinagem, celibato e homossexualismo é suficiente para se ter uma idéia de como a higiene tratava esses anti-homens, desertores da obrigação de ser pai.

Os libertinos eram recriminados pela higiene, primeiramente, por se exporem de modo temerário ao contágio das doenças venéreas. Em especial a sífilis que, contaminando as mulheres, degradava a descendência, gerando uma infinidade de malformações congênitas nos filhos. A progenitura do sífilítico era particularmente vulnerável a toda sorte de doenças e contribuía expressivamente para as estatísticas de mortalidade infantil.

Mas, além disso, o libertino provocava uma série interminável de males domésticos e sociais. Podia induzir a esposa ao adultério: «Há homens, de um tal temperamento e perversão luxuriosa, que compram ou alugam escravas para nelas descarregar abertamente o fel de sua sensualidade, mesmo no seio da família; escândalo com o qual muitas vezes arremessam ao fantasma do adultério a esposa.»⁶⁰ Ou ainda, lançar as filhas à imoralidade: «Pais desnaturados e maridos perversos, ainda esquentados pelo vapor das orgias em que passaram a noite, não voltam muitas vezes ao seio de suas famílias senão para trazer-lhes a desordem doméstica com todos os seus horrores: não encontrando na virtude da esposa e na inocência dos filhos essas palavras obscenas, torpes e grosseiras, essas carícias brutais das meretrizes, que fazem as delícias de sua vida; desconhecendo os encantos do pudor e da decência, esbanjando na libertinagem uma fortuna que não lhes custou talvez nem uma só gota de suor e sentindo finalmente a miséria bater-lhes à porta, não têm para a família senão doestos, blasfêmios e maus tratos (...), e suas filhas, já cansadas de sofrer a barbaridade paterna, procuram também no amor indenizar os dias tormentosos de sua juventude, e autorizadas por aqueles que lhes deram o ser caminham para a ruína total».⁶¹

Ao lado das injúrias à moral familiar, o libertino insultava a ordem social dissipando sua riqueza pessoal, sua dignidade e suas obrigações trabalhistas: «... a vaidade de possuir os carinhos da mais sedutora «laurette» faz esquecer ao empregado

60. Machado, Francisco Ferraz de. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1872. p. 111.

61. Cunha, Herculano Augusto Lassance, op. cit., p. 28.

público o cumprimento de deveres sagrados e fascina o comerciante, que sacrifica a seus caprichos a própria fortuna e também a alheia.

«Por mais de uma vez, se tem visto indivíduos, cujo passado foi uma série não interrompida de atos de irrepreensível honestidade, esquecerem o que há de mais puro e santo na terra — a família — para se entregarem aos caprichos e à vaidade de uma certeza, que a sorrir esbanja o fruto de trabalho de anos, destinado a assegurar aos inocentes filhinhos dias de sossego e de repouso.

.....
«Finalmente, o libertino reúne à concupiscência todos os outros vícios que o esquecimento da própria dignidade produz; as nossas prisões o atestam; consultai o arquivo da nossa casa de correção e aí encontrareis não pequeno número destes infelizes que não trepidam diante do roubo, falsificação de firmas e mesmo de homicídio».⁶²

Do cuidado com a prole e com a organização moral da família, a higiene desliza para o rearmamento moral da sociedade. O libertino sexual desprezava a riqueza, a pontualidade no trabalho e a honestidade. Não hesitava em endividar-se, roubar ou falsificar firmas para continuar usufruindo da libertinagem. Razão que impeliu os higienistas a retratarem seu irmão gêmeo, o sífilítico, como um monstro de inconsciência e agressão, auto e hetero-dirigida: «M..., honrado negociante, possuidor de enorme fortuna, fazia convergir todos os seus desvelados cuidados a promover a felicidade de sua filha única. Adelaide resumia todos os encantos, todas as graças, todas as virtudes que de uma mulher fazem um anjo; encantadora como um primeiro sonho de amor, bela como a rosa ao desabrochar, suave como o odor do jasmim, era ela o enlevo de quantos a conheciam (...) Nada lhe faltava, e o amor veio com os laços do himeneu levar tantas venturas ao seu cúmulo.

«Poucos anos depois este ente tão belo, tão feliz e tão completo era um ser hediondo. Suas faces emagrecidas e desco-

radas, seus olhos fundos e embaciados, seu corpo encurvado (...) nada deixaria adivinhar a celeste e poética criatura, outrora tão rodeada de adoradores. (...) Vítima dos mais atrozes padecimentos, morreu ela aos vinte e cinco anos. Seu marido se tinha em uma viagem contagiado de sífilis, e a ela havia transmitido. Seu pai pouco lhe sobreviveu... E assim este laço místico que devia ligar duas almas em eterna ventura só legou uma vítima ao mármore do túmulo. A infeliz Adelaide, na taça em que deveria beber a vida, o prazer e a dita, só sorveu a dor, o padecimento e a morte».⁶³

O mesmo tom, melodramaticamente exaltado e deliberadamente terrorista, foi usado pelo autor da história de Adelaide, para narrar a infeliz trajetória do sífilítico Gabriel. Filho de mãe «honrada e virtuosa», Gabriel, «talentoso e ativo», cujo futuro «se lhe antolhava de carmim e ouro», levado pelo «fogo da idade», teve relações sexuais com uma prostituta e depois de «três meses» era um «cadáver».⁶⁴

No entanto, a libertinagem não destruiu as famílias apenas por seus efeitos sífilítico-literários. O pensamento médico via no próprio abuso do prazer venéreo, independente de contaminação sífilítica, uma causa de doenças: «... basta atender um pouco para a comoção que produzem os prazeres venéreos no organismo, para prever os males que o abuso de tais prazeres deve causar.

«É corrente que no sistema medular reside o «impetum faciens», o princípio nervoso que preside as ações e reações de nossa sensibilidade; é portanto a medula espinhal que primeiro sofre com as excessivas perdas seminais e dela partem quase todas as enfermidades, que perseguem aqueles que vivem entregues aos desmandos da concupiscência.

«Os ingurgitamentos de fígado, desordens nos movimentos do coração, mil sintomas nervosos esquisitos e variados, emagrecimento, decadência progressiva de forças, poluições noturnas, diarréia coliquativa e o marasmo final são geralmente o

63. Sá, Miguel Ant6nio Heredia de, op. cit., pp. 32-33.
64. Ibid., p. 33.

62. Macedo Júnior, José Alvares de Azevedo, op. cit., pp. 27-28.

aparato tenebroso que acompanha o libertino ao passar os umbrais da eternidade.

«Febres adinâmicas, síncope, paralisias, apoplexias, convulsões, demências, gotas, epilepsia, coréa física e todas as afecções que Pinel classificou nas cinco ordens de neuroses, são geralmente os louros das vitórias alcançadas nos campos da luxuriosa Vênus». ⁶⁵

A crítica à libertinagem tentava drenar a sexualidade masculina para a procriação no âmbito da família.

Procurava-se fazer crer ao homem que a sexualidade sadia era incompatível com relações extraconjugais. A família era seu limite natural. Retida na casa ela se preservava não só da sífilis como dos excessos que, embora não sifilíticos, eram igualmente patogênicos.

A higiene buscava impor freios morais ao patriarca, cuja incontinência sexual estava associada à prostituição, sífilis e mortalidade infantil. Absolutamente desligada de qualquer pacto familiar, a sexualidade do homem colonial era intolerável à medicina. Motivo pelo qual também os celibatários caíram sob o fogo cruzado dos higienistas.

Os celibatários, como os libertinos, incorriam em todas as infrações venéreas. Expunham-se, como eles, à sífilis e à paixão desvairada por prostitutas. Mas neles, a rebeldia anti-higiénica agravava-se por duas razões. Em primeiro lugar, quando esporadicamente decidiam casar, já estavam velhos. Costumavam, então, desvirtuar o casamento, unindo-se a mulheres jovens que obtinham em troca dos interesses econômicos da família da noiva. Como já vimos, este hábito era repellido pela higiene que o considerava nefasto à moral das esposas e ao futuro físico da progênie. Em segundo lugar, os celibatários, ousadamente, desafiavam o preceito higiénico de que o homem íntegro era o pai. Por isto, os higienistas não lhes davam trégua. Censuravam-lhes a moral dissoluta, mostravam-lhes como enlouqueciam mais e viviam menos que os casados, etc. O seguinte trecho de uma tese médica resume o essencial desta argumentação: «No celiba-

tário em geral há apenas uma propensão habitual, fruir, fruir porém sem limite moralizador como deve originar-se espontaneamente dos compromissos de esposo e pai.

«Assim o celibatário, a pretexto de distração e de uma liberdade apregoada, atrai-se com afoiteza a todos os desmandos que lentamente minam-lhe a saúde e implantam-lhe os germes duradouros das enfermidades crônicas.

«E tendo nas relações com mulheres somente a satisfação dos sentidos, excita o sistema nervoso e depaupera com desordens de todo o gênero.

«Apresenta-se então uma série de moléstias que o afligem largo tempo ou todo o resto da vida: mielites, mal de Pott, neuroses e especialmente as cardíacas, muitas vezes precursoras de lesões em órgãos indispensáveis à existência, acarretando a morte prematura.

«O contato com mulheres que vendem-lhe alguns instantes de lubricidade infiltra em seu corpo o veneno devastador da sífilis.

.....
«Vítima de deformações, inúmeras vezes é intoxicado de tal modo que se transforma em um ente caquético, acabrunhado com uma velhice antecipada e inábil para uma vida útil e venturosa.

.....
«Geralmente o celibatário descuida-se de uma alimentação regular, não só quanto à qualidade e quantidade, mas ainda relativamente à distribuição em horas convenientes.

«Sucede que é mais sujeito, portanto, às dispepsias, gastrites, alcoolismo, enterocolites, congestões hepáticas, cerebrais e às apoplexias, do que aquele que no casamento evita as causas eficientes.

«A vida isolada, o peso das contrariedades sem uma companhia que console e mitigue os pesares geram quase sempre a hipocondria, tuberculose e tantas outras moléstias.

«Esse isolamento acovarda e desespera o homem durante as sucessivas lutas da vida, não vendo junto de si uma esposa cuja ventura dependa de sua dedicação, não tendo a seu lado filhos cuja prosperidade deva ser o termo de seus labores; e não

65. Macedo Júnior, José Alvares de Azevedo, op. cit., pp. 29-30.

dominando as dificuldades, não calcando no fundo da alma as mágoas que o turvam, freqüentemente busca o suicídio ou perde a razão».⁶⁶

Do casamento e da paternidade dependiam a felicidade digestiva, a higidez neurológica e a sociabilidade do homem. O curioso é que os higienistas, ao desenharem o isolamento afetivo, a solidão social e a ausência de projetos pessoais do homem solteiro, referiam-se a uma realidade historicamente virtual no Brasil da época, mas potencialmente viável, dada a ação da própria higiene. Os médicos profetizavam o que ajudaram a criar. Oráculos do destino social da família e da situação afetiva do «homem só» no universo urbano, eles contavam com o novo «famílio-centrismo» da cultura burguesa para ameaçar os inimigos do «éden conjugal».

Enquanto o homem foi patriarca, enquanto o velho foi soberano, enquanto a cultura e a sociedade brasileira não se tinham urbanizado e aburguesado, o celibatário foi deixado em paz. A partir do instante em que a estratégia médico-estatal precipitou a família no frenesi da «felicidade conjugal», o solteiro passou a ser visto com desconfiança. Sua recusa impenitente de ser pai e chefe de família relegou-a à condição de pária da ordem médica e marginal da ordem social.

O libertino era mau pai, mas, pelo menos, não se recusava a sê-lo. O celibatário, conquanto pudesse ser bom pai, pois não era necessariamente um libertino, fugia às suas obrigações. Sua falta era, portanto, mais sacrílega. No código higiênico, nada superava a gravidade deste crime. Exceto, talvez, um outro, aquele em que o homem não apenas *fosse* mau pai, como o libertino, ou se *recusasse* a ser pai, como o celibatário, mas negasse a vocação «natural» do homem para ser pai, como o homossexual. Este foi o pecado médico cometido pelo «sodomita».

Na Colônia, numerosos são os indícios de que a homossexualidade era desprezada, tratada com escárnio e às vezes seve-

66. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 6-7.

ramente punida. Sobre tudo a masculina, já que a feminina ou se dava menos a perceber ou era menos detectada pela consciência social.

Desde o descobrimento, os homens de letra e historiadores portugueses reagiam escandalizados à prática da homossexualidade entre certos indígenas, como os tupinambás.⁶⁷

Nos relatórios das Visitações do Santo Ofício vê-se que, entre os crimes denunciados e passíveis de punição inquisitorial, encontram-se o «pecado nefando» e a «sodomia».⁶⁸ Críticas ao homossexualismo também são anotadas a propósito do comportamento de militares e de padres sedutores de alunos nos conventos e seminários, ou de jovens penitentes no confessorário.⁶⁹

Gregório de Matos, em alguns de seus poemas satíricos, alude com zombaria e causticidade ao homossexualismo. Na sátira ao Governador Antônio Luís da Câmara Coutinho, lê-se em um trecho:

«Desta vez acabo a obra,
porque é este o quarto tomo
das ações de um sodomita
dos progressos de um fanchono»⁷⁰

Este tratamento pejorativo, e às vezes violentamente punitivo dado ao sodomita não implicava, no entanto, sua utilização com finalidades disciplinares. O sodomita colonial, quando punido, era evidentemente usado como modelo de transgressão e castigo. Mas dessa represália não eram extraídas consequências «preventivas» para o comportamento homossexual.

A higiene instaurou esse último tipo de prática ou de relação poder-saber. O homossexual era execrado porque sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na

67. Almeida, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1906, p. 39.

68. ver: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., p. 231; Anita Novinsky, op. cit., p. 146; José Gonçalves Salvador, *Cristãos — novos, Jesuítas e Inquisição*, São Paulo, Liv. Pioneira Editora., Ed. da USP, 1969, pp. 94 e 115.

69. ver: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 366-367; Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 2, pp. 352-353.

70. Matos, Gregório de. Poemas escolhidos, São Paulo, Cultrix, s/d., p. 112.

natureza do homem. A manipulação de sua vida, neste caso, servia de antinorma ao «viver normal», assimilado ao comportamento heterossexual masculino. Contudo, além desse valor «teratológico», segundo a óptica populacionista, a homossexualidade reforçava inúmeros outros objetivos higiênicos, todos eles «preventivos» das eventuais distorções que o homem poderia sofrer em sua marcha da infância até a futura condição de pai.

É notável como, na abordagem do homossexualismo, os médicos limitavam-se a dizer que sentiam «repugnância» pelos «bagaxas» ou a compará-los à «putrefação» que por vezes é preciso manejar para «fertilizar a terra onde vai cair a boa semente.»⁷¹ Descrevia-se o tipo físico do homossexual; sua classe social; seus costumes mundanos; sua situação econômica; seus vícios e práticas sexuais sórdidas, etc. Mas todas as hipóteses «etiológicas» e «terapêuticas» sobre este «tema médico» resumiam-se, grosso modo, à crítica aos hábitos de educação da infância e à forma como se exercia a prostituição no Brasil.

O homossexualismo, dizia-se, existe porque os meninos não se exercitam fisicamente e tornam-se efeminados. Ou porque não se habituam a trabalhar e tornam-se indolentes, caprichosos e pouco vigorosos. Chamava-se à atenção para o descuido com a moral dos meninos nos colégios e nas próprias famílias, despreparadas para conter suas más inclinações. Outras vezes criticava-se a própria atmosfera imoral da sociedade como sendo instigadora da prática homossexual.⁷² Ao lado disso, provando que o índice de homossexualidade era maior entre militares, artistas e empregados do comércio, concluía-se que as causas do vício eram o alto preço cobrado pelas prostitutas e o medo à sífilis.⁷³

A medicalização do homossexual obedecia à mesma tática coercitiva do comportamento de celibatários e libertinos. Com uma vantagem: a de poder ser extrapolada e servir de incentivo à domesticação da infância. Apresentando os homossexuais como «infames» e afirmando que seu contingente era enorme e

71. Macedo, Francisco Ferraz de, op. cit., p. 120.

72. Ibid., pp. 115-121.

73. Ibid., p. 116.

tendia a crescer, a higiene obtinha das famílias a adesão aos seus programas de educação infantil. Por meios semelhantes, buscava controlar medicamente a sexualidade adulta do homem, imputando à sífilis e às prostitutas a culpa pelo surgimento do homossexualismo.

O objetivo final destas técnicas dissuasivas de condutas sexuais antifamiliares era a fixação do homem à figura do pai. Figura que se impôs à consciência e à conduta masculina não por méritos intrínsecos à sua *gestalt*, mas através do suborno pago em moeda «machista». Para cumprir o *dever* de pai, o homem recebeu a autorização para ser «macho». O machismo foi-lhe oferecido por uma pífia compensação pela usurpação de seu tradicional poder.

MACHISMO E PATERNIDADE

O cidadão medicalizado, habitante do Estado agrário, foi progressivamente coagido a perder toda aspiração ao senhorio. As insignias patriarcais, depreciadas pela ação da higiene, perderam no tempo seu poder de sedução. O «ruralismo» comportamental, pelas razões já apresentadas, tornou-se para o indivíduo urbano sinal de conservadorismo político e reacionarismo social. A reforma higiênica dos costumes mudou a fisionomia da conduta masculina, integrando-a na nova política «familiarista».

O homem citadino, mesmo quando era grande proprietário, incorporou a seu universo sócio-mental os valores urbano-burgueses como o apreço pelo trabalho; a admiração pela competência profissional; o estímulo ao espírito de competição; o gosto pela cultura artística e pelo conhecimento científico; o cultivo da aparência física; a busca do equilíbrio e da contenção moral, etc. Renunciava, assim, às antigas prerrogativas de poder. Recorria cada vez menos à força física e à violência crua como meio de afirmação sobre o ambiente social e valia-se cada vez mais da diplomacia dos hábitos, estratégia mais adequada aos padrões da nova cidade. Dispensava, pouco a pouco, a força mítica do passado religioso-familiar para apoiar-se na racionalidade secularizada, quando procurava impor seus interesses. Enfim, reduzia

de modo significativo o antigo mandonismo despótico sobre mulheres, crianças, escravos e agregados, adotando uma política mais flexível de delegação de poderes e divisão do comando familiar. O grande senhor colonial morreu mesmo onde continuou existindo o grande proprietário.

Entre os menos afortunados, a redução à ordem médico-estatal foi análoga. Uma diferença, entretanto, separava o homem proprietário de seu compatriota sem terras, sem grandes indústrias ou grande comércio. O primeiro converteu-se à família conjugal e ao papel de pai-higiênico para melhor defender seus interesses e sua propriedade. Aos representantes da elite agrária, comandantes do Estado nacional, convinha somar à condição de proprietário a função higiênica de pai. Era um meio de moderar e agilizar os mecanismos de dominação político-econômica. Transformação da família e proteção ao Estado, neste caso, não só coincidiam como revertiam em benefícios sócio-econômicos concretos para o homem. A disciplina médica imposta a seu corpo, seu sexo e sua movimentação social era regamente pensada. Os encargos oriundos da paternidade atenuavam-se. A perda de direitos e poderes sobre a família antiga multiplicava sua força. Permitia-lhe explorar não só escravos e agregados nos limites de uma fazenda ou engenho, mas milhões de homens que, em escala nacional, passavam a consumir e produzir para ele. Destronado na família, o potentado rural foi reentronizado na cabeça do Estado.

O homem do segundo grupo, o «proprietário» sem propriedades, converteu-se à família conjugal para defender a propriedade dos outros. Tendo como única caução do antigo poder a ordem jurídico-religiosa colonial e como único substrato de sua força a aparência dos costumes e ritos familiares, este cidadão menos rico foi forçado a abdicar de tudo quanto constituía o essencial de seu poder e respeitabilidade social. Pela intervenção da higiene abriu mão da antiga tirania sobre mulheres e filhos; absteve-se do celibato e da libertinagem; foi obrigado a trabalhar; a renunciar ao ócio e à exploração de escravos domésticos, etc.

Nesta categoria, em que se achavam os tipos que compunham os setores médios da população, o «pai higiênico» veio

monopolizar toda a conduta social masculina. Não permaneceu apenas um mero apêndice de tantas outras funções sociais do homem, como no caso do pai-patrão e proprietário. Tornou-se uma das razões primordiais da existência concreta do cidadão. Com a higiene, a vida deste cidadão ordinário, habitante comum da grande cidade brasileira do séc. XIX, vai girar em torno dos filhos: *vai casar* para ter filhos; *trabalhar* para manter os filhos; *ser honesto* para dar bom exemplo aos filhos; *investir* na saúde e educação dos filhos; *poupar* pelo futuro dos filhos; *submeter-se a todo tipo de opressão* pelo amor dos filhos; enfim, *ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilizado e aceitar a culpa*, por todo tipo de mal físico, moral ou emocional que ocorresse aos filhos.

O edifício social montado pelo Estado agrário teve um dos seus mais sólidos pilares neste amor e responsabilidade paterna. O cuidado com os filhos foi usado como isca para manter o homem-pai quieto, imóvel, na dócil postura de cidadão patriótico.

No entanto, para que este tipo de homem, absolutamente privado dos benefícios oferecidos aos poderosos senhores, pudesse aceitar sem grandes resistências os encargos da nova paternidade, foi-lhe oferecida uma compensação: o machismo. Para o «homem médio», cúmplice do Estado agrário e seus senhores, esta conduta terá uma enorme importância. Será, praticamente, um dos raros «direitos» e uma das raras parcelas de poder social que poderá usufruir sem restrição.

Quando observamos a definição médica da «natureza» do homem, a construção do modelo «machista» da conduta masculina salta aos olhos. Este modelo foi composto, em primeiro lugar, pelas características «naturais» que a higiene atribuiu ao homem. Ser homem, segundo os médicos, importava em ser mais sensual e menos amoroso; mais racional e menos sentimental; mais inteligente e menos afetivo, etc. Em segundo lugar, pela maneira com que ele foi induzido a crer que para sobreviver socialmente, além de trabalhar, nada mais tinha a fazer senão cuidar do corpo e do sexo. Bem comportado física e sexualmente teria todas as dificuldades morais, sociais, políticas e familiares resolvidas. Bastava exercer com eficiência a tarefa de

reprodutor de uma prole sã para ter assegurado seu título de cidadão de primeira classe. Em terceiro lugar, pela promessa que lhe foi dada pelos médicos, procuradores do Estado agrário, de conservar uma das antigas propriedades, a mulher, caso consentisse em conduzir-se na vida conforme ordenava a higiene.

Historicamente, a redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada representou esse compromisso entre o pai e o poder médico. O homem, apropriado de terras, bens e escravos, através da higiene, colocou seus genitais à serviço do Estado. Em contrapartida foi-lhe dado o direito de concentrar sobre a mulher toda a carga de dominação antes distribuída sobre o grupo familiar e demais dependentes da propriedade. A esposa passou a ser sua única propriedade privada. De propriedade jurídico-religiosa, a mulher passou a propriedade higiênico-amorosa do homem.

Pouco importa, aliás, saber se as raízes do machismo implantam-se neste momento histórico. Nosso interesse é mostrar como esse aspecto da conduta masculina foi realçado e colocado no centro das preocupações e performances sociais do homem higiênico. Conseqüência inevitável da medicalização do corpo do homem, a superestimação do sexo, através do machismo, converteu-se em um dos prêmios de poder recebidos por ele em troca da sujeição política. A honra e o poder do patriarca colonial repousavam no nome de família e na posse de terras e escravos. A honra e o poder do «pai higiênico» vão depender sobretudo da posse da mulher e da respeitabilidade sexual. O que era acidental, secundário e periférico para o primeiro tornou-se essencial, primário e central para o segundo. O domínio da mulher e o da heterossexualidade foram um dos poucos resquícios da autonomia de «pai-proprietário» que ainda lhe restaram. Para defendê-los ele lutará encarniçadamente, relegando muitas vezes a segundo plano todo o conjunto de sua vida social.

Naturalmente, esse «núcleo proprietário» do homem-pai, o machismo, só era autônomo nas aparências. Produzido ou reaproveitado pelo dispositivo médico-estatal, esta conduta foi um elemento importante na disciplinarização dos indivíduos. Uma vez

implantada ela foi integrada à série de mecanismos de controle de homens, crianças e mulheres.

O machismo foi fundamental à ordem médico-política por várias razões. Em primeiro lugar, porque servia de corretivo aos homens menos hábeis, estimulando-os a alcançar o mesmo desempenho, ora pela incitação «cordial» à mudança, ora pela coerção brutal. Profundamente convencido de que o verdadeiro homem era dono da mulher e fiscal dos filhos, o «machista» tornava-se um ciumento guardião da moral higiênica. Estava sempre disposto a reprimir com violências físicas e morais todos aqueles que, por incompetência ou rebeldia, ousassem contestar os novos mandamentos da conduta masculina.

Ao lado desta função reguladora de comportamentos práticos, servia também de aval a certas concepções teóricas. Assumia o papel de vitrine das doutrinas higiênicas sobre a sexualidade. Parecia comprovar, através de sua norma sexual, que um dado comportamento histórico era uma verdade da «natureza humana», e não uma encenação burlesca, uma pobre formação substitutiva destinada a compensar, pelo novo poder sexual, a perda do antigo poder social.

Em segundo lugar, o machismo regulava não só a conduta sexual do homem, mas sua conduta política. O «machista», habituado a considerar a mulher seu único bem, só reagia quando sentia esta propriedade ameaçada. No mais, suportava e aceitava com insensibilidade anestésica todo tipo de exploração dos novos senhores. Ordinariamente era um conformista social. Seu potencial de inquietação e revolta mantinha-se circunscrito à esfera genital. As grandes questões de sua vida nada tinham a ver com a origem da família, da propriedade e do Estado, mas com a origem, funcionamento, semelhanças e diferenças dos sexos. Os donos do poder compreenderam perfeitamente bem esta realidade. Incentivaram o quanto puderam o «machismo», facilitando a difusão e o crescimento de informações sobre o corpo, o sexo e organização familiar medicamente sadia.

Em terceiro lugar, o «machista» intervinha eficazmente na educação da infância. Através do cuidado amoroso com os filhos, transmitia todos os valores que, sob a aparente preocupação com a especificação das diferenças sexuais, alimentavam

o *ethos* burguês. A sofreguidão com que se agarrava a um dos seus únicos trunfos sociais, a potência sexual, fazia com que, no contato com os filhos, hipervalorizasse todos os atributos relativos à força do corpo e ao pleno funcionamento do sexo. Por este meio, como já mostramos a propósito da educação das crianças, eram construídos permanentemente todos os preconceitos chauvinistas, "classistas" e racistas em que se assentou a rasteira e mesquinha ética da ordem social.

Finalmente, o machismo foi utilizado como bastião da estabilidade conjugal e como agente auxiliar na redução da mulher ao papel de mãe.

No código "machista", cada homem se dava o direito de abordar a mulher do outro ao mesmo tempo em que afirmava a intocabilidade de sua própria mulher. À primeira vista, o jogo era desigual. Mas esta aparência era válida só para os casos individuais. Considerado em seu conjunto, o ritual «machista» era perfeitamente equilibrado, pelo fato de que toda mulher abordável era, em princípio, propriedade de um outro homem, provavelmente também «machista». A resultante era nula. O jogo não perturbava a estabilidade familiar. Pelo contrário, preservava-a. Pois, quando ocorriam rupturas, o mecanismo homeostático entrava em cena, reordenando o sistema.

Se, por exemplo, uma mulher cedia aos avanços «machistas» do homem, passava a figurar imediatamente na categoria de mulher fácil. Tornava-se adúltera, venal, irresponsável, «amante», tudo menos mulher de família. Diante desta última, a «mulher que cedia» era uma mulher inferior. Submulher na escala em que a «mulher-mãe», dedicada aos filhos e ao marido ocupava o topo.

Desta forma, o machismo era uma maneira direta ou indireta, conforme o ângulo de observação, de promover socialmente o ideal da mulher-mãe. O «machista» deixava-se usar como termômetro da higidez ou das disfunções morais da mulher. Em prestava benevolmente seu corpo e seu sexo para que o governo médico dos homens estigmatizasse a mulher infiel e canalizasse para a função materna toda a sexualidade e toda a vida feminina. O «macho» tornava-se assim o alcagüete da mulher. Aliava-se ao Estado e à higiene provocando e delatando conti-

nuamente toda mulher que, subversivamente, se insurgisse contra a patriótica obrigação de ser mãe.

5. *A mãe e a mulher*

A redução da mulher à figura de mãe-higiênica processou-se de modo idêntico à passagem do patriarca ao novo pai. O argumento de choque era o mesmo: aumento da responsabilidade para com os filhos.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à «mulher de alcova». No segundo tempo, reforçando a «estatização dos indivíduos», a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. Esta seria a etapa da condenação à «mulher mundana» e à prostituta.

A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, «colonização» da mulher pelo poder médico.

A MÃE HIGIÊNICA: AMANTE DOS FILHOS, ALIADAS DOS MÉDICOS

A relação entre aleitamento mercenário e mortalidade infantil detonou o processo de criação da mãe higiênica. Os médicos, notando que este tipo de amamentação era responsável pelo aumento da mortalidade de crianças, decidiram fazer com que a mãe amamentasse.

Inúmeras hipóteses podem explicar o hábito do aleitamento infantil por escravas. Pode-se admitir que o casamento em idade precoce impedisse muitas jovens mães de amamentarem por não disporem de condições físicas para tanto. É o ponto de vista

sustentado por Imbert em seu «Guia Médico». ⁷⁴ Também é possível que a opinião de renomados médicos portugueses, recomendando a amamentação por mulheres «fusas e morenas», tenha influído na preferência dada, pelos brancos de elite, ao aleitamento de crianças por escravas negras e mulatas. ⁷⁵ Igualmente provável é a hipótese de que, no Brasil como na Europa, houvesse circulado a idéia de que as relações sexuais «corrompiam» o leite. ⁷⁶ O recurso às amas-de-leite escravas, neste caso, teria significado a tentativa de proteger a vida dos filhos sem sacrificar a vida sexual do casal.

O mais provável, porém, é que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevivência dos filhos. De fato, foi só a partir do momento em que a vida da criança de elite passou a ter a importância econômico-política, que lhe foi dada no séc. XIX que o aleitamento materno veio a ter essa conotação, ganhando foros de problema nacional.

* * *

A mulher oitocentista, herdeira dos costumes coloniais, continuava sem amamentar os filhos. No entanto, esta defecção do que era higienicamente considerado «obrigação materna» não tinha, exatamente, as mesmas determinações do fenômeno colonial. Aos antigos hábitos superpunham-se os usos criados pela sociabilidade urbana. As modas, festas e diversões consumiam as energias femininas, sem deixar vez à amamentação.

Este comportamento, condenado por lesar os interesses político-populacionistas da elite agrária, foi codificado, no discurso higiênico, como infração às leis da natureza. A mulher que não amamentava, dizia-se, rompia duplamente os cânones naturais. Em primeiro lugar, porque se conduzia de modo contrário a todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo lugar,

74. J.B.A. Imbert, Guia Médico, citado por Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, op. cit., pp. 402-403.

75. ver: Gilberto Freyre, *ibid.*

76. Flandrin, Jean-Louis, op. cit., p. 198.

porque contrariava sua outra vocação «natural», a de ser mãe, conforme o figurino higiênico.

A falácia da argumentação era evidente. Se amamentar e ser «mãe» fosse uma imposição natural da ordem do instinto, nenhuma mulher sobreviveria à sua sistemática transgressão. Mesmo considerando que, no caso, o instinto dissesse respeito à reprodução da espécie e não à conservação do indivíduo, a argumentação persistia falsa. Pois, a nível biológico, qualquer mulher, e não somente a genitora, estaria capacitada a amamentar o filhote do homem.

No entanto, o problema dos higienistas não era o do respeito a lógica. O que importava não era a clareza da argumentação, mas o impacto da comparação. Sob este aspecto, a imaginação higiênica era sem dúvida eficaz. Da comparação entre a mulher e as fêmeas animais eram extraídas numerosas lições de moral materna: «Não, diz Virey, nunca as baleias, as leões, as panteras recusaram as mamas a seus filhos; isto estava reservado à mulher, não para a pobre e desculpável pela sua miséria, porque esta não é tão desnaturada; mas para a rica, rodeada de todos os favores, de todos os bens da fortuna: morra seu filho, embora; mas desfrute ela todos os prazeres». Quando vemos nos animais, até no mais ínfimo, esse exemplo, quando vemos que eles para proteger seus filhos se expõem a todos os perigos; se arremessam ao audaz caçador que em seu covil os acomete; e que derramam até a última gota de seu sangue sem os abandonar; contrista-nos o coração ver que só a mulher, dotada de uma razão tão esclarecida, de tanta sensibilidade e ternura, é o único ser que abusa da sua liberdade, do seu entendimento, e que não cora de pejo quando vê que os animais guiados somente pelo instinto lhes ensinam seu dever! (...) Longe de cumprir o primeiro dever materno e de gravar esse edificante exemplo no coração de suas filhas, elas imprimem o egoísmo, ensinando-lhes, desde o berço, a negar um dia os peitos a seus filhos.» ⁷⁷ Comparadas negativamente às feras, as mulheres deveriam sentir-se, no mínimo, constringidas. Quando

77. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 12.

não se sentissem profundamente culpadas por se saberem, repentinamente, más, egoístas e incompetentes.

A culpabilização da mulher foi uma faceta importante em sua relação com a higiene. É provável que a mulher de elite estivesse tendo, pela primeira vez, conhecimento de que não sabia cuidar dos filhos. Até então, nada podia certificar a de que «amor de mãe» fosse sinônimo de amamentação. Nem, inversamente, de que não amamentar significasse desamor pela prole. Ao contrário, pelas razões históricas referidas, este último gesto poderia ter tido justamente o sentido de cuidar bem dos filhos, conforme os preceitos da época. Os higienistas utilizavam este «desconhecimento» ou esta ignorância para obrigar as mulheres a amamentarem. Sem amamentação, diziam eles, não havia amor. A mãe que não amamentava era uma mãe «desnaturada», comparável às feras.

O propósito de converter as mulheres ao modelo da «mãe amorosa alimentando o bebê» era nítido. Fora dele, parecia não haver escapatória ao comportamento social feminino. O que nos leva a supor que a pressão higiênica em favor da amamentação tinha outros objetivos, além da proteção à vida das crianças. Com efeito, a nosso ver, a mãe deveria compulsoriamente amamentar porque essa tarefa, além de proteger a vida dos filhos, regulava a vida da mulher. A mulher que não amamentasse isentava-se, automaticamente, de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar no universo disciplinar.

Vista sob este enfoque, a questão do aleitamento ganha uma nova luz. O primeiro objetivo disciplinar da amamentação materna era o uso higiênico do tempo livre da mulher na casa. Relembremos que, com a urbanização, a casa perdeu seu caráter de pequena empresa. A mulher que antes se ocupava de um número de atividades ligadas à provisão de alimentos, roupas e outros utensílios domésticos, passou a funcionar com uma enorme capacidade ociosa. Se a isto somarmos o desenvolvimento dos serviços, a diminuição das obrigações religiosas caseiras e o crescimento da escolarização de crianças e adolescentes, não é difícil imaginar a mulher vagando numa casa deserta, sem ter absolutamente o que fazer de seu tempo livre. Amamentar era uma maneira de levá-la a preencher o tempo com uma tarefa útil

e absorvente, livrando-a dos perigos do ócio e dos passatempos nefastos à moral e aos bons costumes familiares.

Evidentemente, esta hipótese só faz sentido quando se considera que o período de amamentação prescrito pelos higienistas ia, muitas vezes, até 18 meses.⁷⁸ E que a contracepção era praticamente desconhecida na época.

A segunda causa da detenção doméstica da mulher, através da amamentação, estava ligada à concorrência com o homem. A emancipação do patriarcado colonial gerou uma entusiástica onda de independência feminina. A urbanização insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. Concedeu-lhe, por exemplo, a maioria enquanto consumidora de artigos industrializados. Habitou-a ao gosto mais refinado do comércio e da moda européia. Em seguida, levou-a do requinte do corpo ao requinte do espírito. A mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobre tudo novelas e romances, onde encontrava freqüentemente opiniões favoráveis à emancipação feminina.

Na produção brasileira, *Senhora*, de Alencar, é um caso típico desse gênero de literatura. No livro, o autor defende a autonomia social feminina contra o conservadorismo da sociedade brasileira.⁷⁹ E por mais defasadas que pareçam as idéias do artista face à concepção atual do assunto, na época tiveram um efeito tonificante sobre o movimento de liberação da mulher.

Além de inspirar-se no romantismo, a mulher também extraiu, de sua nova situação na casa, elementos para a consolidação de sua autonomia. O desenvolvimento econômico, alterando as regras da sociabilidade, conferiu-lhe um papel decisivo na promoção social do marido. Ciente da nova condição, ela passou a exigir maiores privilégios e a impor-se como portadora de anseios e ambições sociais próprias.

A higiene, enfim, revelando sua função essencial à vida das crianças e à grandeza da nação, ajudou-a a querer colocar-se

78. Castilho, Ildefonso Archer de. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, p. 27.

79. Alencar, José de. *Senhora*, op. cit., p. 23.

ombro com os homens, na partilha de poderes sociais. Extremamente ilustrativo deste fato foi o debate político sobre educação da mulher, travado pelo filósofo Tobias Barreto contra o médico Dr. Malaquias, ambos deputados. Em 1879, assembleia pernambucana testemunhou uma acirrada discussão sobre o direito da mulher ingressar nas faculdades de medicina. Tobias Barreto combateu as idéias do Dr. Malaquias, que procurava demonstrar a incapacidade feminina para a atividade científica, argumentando que, anátomo-fisiologicamente, o cérebro da mulher era inferior ao do homem.⁸⁰

Pretendendo concorrer profissional e intelectualmente com o homem, a mulher ultrapassava o limite de segurança social. Limite que coincidia com as restrições impostas pela higiene à sua autonomia.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres. Obrigava-as a ver, e quem sabe a acreditar, que podiam subsistir por iniciativa própria, sem concurso dos maridos. Emancipada intelectual e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto «machista» firmado entre a higiene e o homem. Para que este pacto sobrevivesse, a higiene precisava continuar garantindo a posse da mulher pelo homem. A mulher que trabalhava punha em risco os termos do acordo. Tornava-se economicamente liberada do marido e intelectualmente equiparada ao homem. Sobre ela o «machista» não tinha o mesmo poder e a mesma ascendência. Automaticamente, a crença e as condições materiais para continuar exercendo sua «superioridade natural» ficariam abaladas. Sem a «inferioridade da mulher» o machismo perderia parte de seu sentido. Para que o «machista» pudesse exercer com segurança a função repressivo-normalizadora que lhe foi delegada, a «inferioridade» da mulher tinha que continuar

existindo. E a sobrevivência do machismo era indispensável à vida da higiene. Só assim o homem, através da propriedade privada da mulher e do culto aos genitais, continuaria anexado às fileiras de «informatantes» e policiais que a higiene distribuiu entre a população adulta e infantil.

A carreira emancipatória da mulher tinha, portanto, de ser embargada. Sua dependência e incompetência eram o preço pago pela higiene à sobrevivência «machista». Mas a manutenção deste estado de coisas não deveria produzir tensões inabsovríveis. Neste sentido, o «método Malaquias» era antitático. Não convinha realçar, em primeiro plano, as insuficiências da mulher. Nem barrar-lhe os passos em direção à independência, sob pretexto de que ela era «inferior». Isto podia gerar resistências tenazes. A mulher poderia vir a sentir o médico como inimigo e não como aliado. A tática oportuna consistia em mostrar, primeiramente, aquilo de que ela, e só ela, era capaz. Depois, provar que, justamente por cumprir funções sociais para as quais o homem é que era «incompetente» e «inferior», convencê-la a abandonar a este último as «mesquinhas» ocupações profissionais e intelectuais. O discurso higiênico sobre a amamentação orientou-se por esta estratégia. Buscou comprometer as mulheres com a política de utilização «machista» do homem, fazendo-as crer na «nobreza» da «função amamentar».

O terceiro motivo da ênfase posta na obrigação de aleitar prendia-se à coesão do núcleo familiar. A mulher que não amamentava dissolvia a família. Provocava, no dizer de um médico, o «afrouxamento dos laços familiares, dos laços que prendem os pais aos filhos, e vice-versa, os filhos aos pais, esposo à esposa, e vice-versa, a esposa ao esposo, e enfim os irmãos uns aos outros»⁸¹ O aleitamento materno «estrêitava os laços da família e trazia a alegria ao lar doméstico».⁸² Neste caso buscava-se, através da amamentação, depositar na mulher a

81. Bretas, Agostinho José Ferreira. *Dissertação inaugural sobre a utilidade do aleitamento materno e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever*, Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1838, p. 10.

82. Reis, Celso Eugênio dos, op. cit., p. 16.

80. Barreto, Tobias. A educação da mulher, in *A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros*, Petrópolis, Vozes, Brasília, INL, 1977, pp. 328-353.

responsabilidade pela unidade da família e dar ao homem maior disponibilidade para outras obrigações sociais.

Esta função de esteio da família, imposta à mulher que aleitava, aparecia sob a forma de exortações genéricas, como nos exemplos citados, mas também direta e concretamente, mediante a regulação da sexualidade feminina. Conforme observamos, uma das formas de romper com as regras instituídas do casamento de razão foi a de promover a sexualidade feminina, instigando sua expansão. Contudo, como essa sexualidade não podia galopar descomprometida com a estabilidade conjugal e com a proteção da infância, fez-se necessário carregá-la, de alguma maneira, para aqueles objetivos. O amor materno, já vimos, cumpriu esta função. A mãe amorosa conjugava perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos.

Este processo de circunscrição da sexualidade feminina à zona de controle da mãe envolveu numerosas manobras. Dentre elas, uma foi particularmente bem sucedida: a limitação do ato sexual na gravidez e durante o período de amamentação.

A mulher grávida devia abolir ou restringir ao máximo as relações sexuais para evitar abortos.⁸³ Quando não houvesse esse risco, deveria, assim mesmo, evitá-las porque os movimentos físicos do coito poderiam «ofender o embrião».⁸⁴ Se não existisse nenhum desses álisis biológicos, a grávida deveria, de qualquer modo, abster-se das relações sexuais para preservar a imagem da «mãe higiênica»: «A mulher grávida é o santuário que abriga o germe do futuro cidadão. Todo o contato impuro lhe será profanação.»⁸⁵

A mulher que amamentava sofria restrições análogas. Durante a amamentação, lê-se num trabalho higiênico, «as relações sexuais devem ser evitadas, sempre que for possível, para não dar lugar à concepção».⁸⁶ Em outro texto é afirmado: «As relações sexuais não têm nenhuma influência sobre a secreção

leitosa, contanto que não sejam muito frequentes. O único inconveniente que podia ter lugar é de expor a mulher a uma prenhez que é incompatível com um bom aleitamento».⁸⁷ Ao lado destas opiniões parcimoniosas, havia as mais radicais: «As relações sexuais devem ser proscritas durante o tempo do aleitamento: não que a atividade dos órgãos geradores possa prejudicar as condições do leite, mas para que se evite o perigo da gravidez, que certamente produzirá esse inconveniente».⁸⁸

O maior ou menor rigor na interdição do ato sexual durante a amamentação não alterava o fato de se procurar manter a sexualidade feminina em rédeas curtas. Num tempo em que os métodos anticoncepcionais eram pouco ou nada praticados, o período em que a mulher tinha direito ao coito era mínimo. A amamentação colocou a sexualidade da mulher a serviço da família, deixando-lhe uma margem estreitíssima para o livre funcionamento.

Esta situação, entretanto, por sua incoerência, criou problemas que obrigaram a imaginação higiênica a inventar novas formas de relacionamento familiar, especialmente entre mães e filhos. Aqui também, a amamentação teve um papel importante. Sem poderem entregar os filhos às escravas, como na Colômbia, as mulheres viram-se contraditoriamente estimuladas e impedidas de usufruírem da sexualidade. Os higienistas ensinavam-lhes que tinham o direito de gozar, mas não lhe deixavam tempo para o gozo. Preocupados em salvar as crianças, a família e o Estado colocavam-nas numa posição sexualmente paradoxal. Procuravam, então, abrir válvulas de escape à insatisfação feminina, sem contudo abortarem seus projetos familiares e populacionistas. Serviram-se novamente da amamentação. Porém, desta vez, mostrando como a mulher podia gozar sexualmente amamentando: «Não é tão somente necessário uma ação especial da vida para a formação do leite, é preciso um estímulo para que entretinha sua secreção e excreção: (...) A criança favorece esta disposição por excitações proporcionados à sensibilidade

83. Barros, José Joaquim Ferreira Monteiro de, op. cit., p. 28.

84. Mello, Joaquim Pedro de, op. cit., p. 7.

85. Barbosa, Adolpho Alves Simões, op. cit., p. 53.

86. Reis, Celso Eugénio dos, op. cit., p. 11.

87. Zamith, José Ribeiro dos Santos, op. cit., p. 15.

88. Castilho, Dr. Ildefonso Archer de, op. cit., pp. 16-17.

da parte: por instinto ou por acaso, e logo por experiência, ela excita as mamas com a cabeça e com as mãozinhas e estas ligeiras excitações, muitas vezes voluptuosas, determinam um orgasmo particular muito favorável a entreter a função do aleitamento. Estas excitações tanta influência têm sobre a secreção do leite, que amas há que não podem aleitar esta ou aquela criança por não causarem nelas este prurido voluptuoso. (...) *A natureza, providente, teve a sabedoria de colocar o prazer, onde o exercício de uma função é indispensável à vida* (grifos meus) e a dor quando suas leis são desprezadas. A mãe que cria sente correr com delícia o leite através dos canais que o devem levar à boca de seu filho; como no ato da reprodução ela tem muitas vezes eretismo, voluptuosidade: basta somente que ele lhe estenda os tenros brachinhos para que os seus seios se ingurgitem e que o leite seja ejaculado com força». ⁸⁹

Notável, neste caso, não é que as mulheres estivessem sendo despertadas para mais uma via biológica de acesso ao gozo sexual. Até aí poder-se-ia pensar que a higiene agia em favor da liberdade contra a repressão. Insólito era o contexto em que isto se passava. O novo caminho do orgasmo oferecido à mulher vinha substituir o prazer genital. Cerceando a realização sexual do coito e sugerindo o valor higiênico do «orgasmo na amamentação», os médicos rebatiam a sexualidade feminina sobre as crianças. Abriam espaço para a concentração do interesse sexual da mulher sobre a prole. Incentavam a sexualização da relação mãe-filho. Neste campo, a sexualidade tinha o sinal verde da higiene. Podia crescer inflacionariamente. A vida da infância e da família conjugal estavam garantidas.

Descoberta a pertinência higiênica deste percurso sexual, restava afastar os empecilhos ao seu desenvolvimento. O passo dado nesta direção foi o combate às prostitutas e mulheres mundanas, adversárias empedernidas da mãe nutridora.

89. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., pp. 7-10.

PROSTITUTAS E MUNDANAS

A prostituta e a mulher mundana foram para a mãe higiênica o que celibatários, libertinos e homossexuais foram para o homem-pai. Como estes últimos, resistiam a cumprir as tarefas familiares que lhes eram impostas, para se entregarem, sem escrúpulos médicos, aos prazeres do mundo, à vaidade do corpo e ao gozo do sexo.

As prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo papel que supostamente tinham na degradação física e moral do homem e, por extensão, na destruição das crianças e da família. Contaminando os libertinos com suas doenças venéreas, induziam a produção de filhos doentes e votados a mortalidade precoce. Seduzindo os incautos com suas sensualidades depravadas, levavam a miséria e a infelicidade a famílias inteiras. Criminosas, neste sentido, as prostitutas cometiam, além do mais, uma outra falta higiênica, a de perverterem, com o exemplo desregado de suas vidas, a moral da mulher-mãe.

A corrupção da moral feminina pela «mulher perdida» fazia-se, em primeiro lugar, pela exibição de seu comportamento sexualmente descontrolado. Mantendo relações sexuais por dinheiro e entregando-se à masturbação, à sodomia e práticas «antinaturais» do gênero, a «perdida» era um manual vivo da forma anti-higiênica de ser mulher». ⁹⁰ Em segundo lugar, a «mulher pública» era incorrigivelmente irresponsável para com a vida dos filhos. Costumava abortá-los; abandoná-los à Roda; expô-los à imoralidade de sua vida perversa; não amamentá-los, e o que é pior, quando o fazia, envenená-los com o leite corrompido por doenças venéreas». ⁹¹ Por último, a «perdida» era acusada de amar o luxo e a ociosidade. De não exercer nenhuma profissão útil «nem pensar no futuro». ⁹² De ser imprudente para consigo própria e de desencaminhar com o péssimo

90. ver: Francisco Ferraz de Macedo, op. cit., & Herculano Augusto Lassance Cunha, op. cit.

91. Ibid.

92. Cunha, Herculano Augusto Lassance, op. cit., pp. 17-18.

modelo de sua conduta, «as filhas de família de poucos teres». ⁹³ De insultar, enfim, a virtude das «meninas laboriosas e honestas» que, atraídas pelo luxo, vaidade e ociosidade, «lançavam-se sem pensar no turbilhão da libertinagem», abandonando a tranquilidade da casa e dos bons costumes. ⁹⁴

A prostituta luxuosa e preguiçosa atentava, portanto, contra a mulher pobre, futura candidata à prostituição. Mas também contra a mulher rica, futura desertora da amamentação. A primeira era diretamente atingida pela substituição através do incentivo à «vida fácil» e ao desprezo pelo trabalho. A segunda, que não corria o risco de prostituir-se pela condição sócio-econômica que detinha, era indiretamente afetada através da realimentação do circuito do luxo. Incentivando o consumo e a circulação do luxo na sociedade, a prostituta, inadvertidamente, entrava para a lista negra da higiene.

Para os médicos, o luxo era o pai espiritual da «mulher mundana». ⁹⁵ Na esteira do luxo vinham os falsos prazeres, a moda, as diversões e todo o cortejo de condutas volúveis que impediam a mulher de amamentar: «Mas ah! no século em que vivemos, as mulheres enervadas pelo luxo e pela grandeza e levadas pelo egoísmo e avidez dos falsos prazeres da sociedade têm postergado e até sufocado em seu coração, quase completamente, os sentimentos do amor materno. Entregues a todos os caprichos e seduções do prazer, apartam de seus peitos o inocente filhinho, negam-lhe esse licor precioso que a natureza depositou nesses belos pomos, para o entregar às mãos de uma ama mercenária». ⁹⁶

A mulher mundana habitualmente recusava-se a amamentar. Mas, mesmo que o quisesse, sua vida anti-higiênica condenava-a definitivamente a não poder fazê-lo: «Muitas vezes, apesar das boas condições de saúde, apesar da excelência do leite, a

mulher, para satisfazer às etiquetas da sociedade em que vive, resigna o dever da maternidade.

«Nas classes bem favorecidas da fortuna, e colocadas nessas alturas onde se diz pairar a civilização verdadeira, tem-se generalizado o preconceito de que não é bonito que uma senhora sacrifique suas comodidades aos deveres de mãe.

«Mas o que nesse meio se entende por comodidades são apenas satisfação de vaidades mundanas.

«Estas senhoras, no dizer do Sr. Barão do Lavradio, compram a peso de ouro para si e para seu filho o germe de numerosas moléstias, que se desenvolvem no decurso da vida.

«Sendo difícil reduzir esses espíritos à compreensão da realidade e por consequência das condições a que se deve obrigar a verdadeira mãe, o higienista consultado deve interditar o aleitamento, porquanto compreende-se facilmente o dano que causaria à criança a administração de um leite tão fora dos limites da higiene, que deve acompanhar o desempenho da amamentação, secretado na irregularidade das horas de repouso, na volubildade da alimentação e na violência das vestes a que as arrastam aos bailes e tantos outros divertimentos». ⁹⁷

A mulher que dissipava suas energias nas festas estava sempre cansada, com sono e mal-alimentada. Seu corpo era inapto para a amamentação. Mas, como se não bastasse, também seu «sistema nervoso» era abalado pela vida anti-higiênica em que consumia suas forças. E a higidez deste sistema era essencial à boa qualidade do leite. Depois de um «ataque nervoso», dizia um médico, «o leite torna-se transparente e viscoso». ⁹⁸ A mulher devia, por conseguinte, evitar amamentar ou mesmo ser proibida de fazê-lo sempre que estivesse submetida a «impressões morais» muito vivas. Os casos de crianças que morriam quando amamentadas nestas condições eram inúmeros: «O Dr. Mordret achava-se, em 1807, hospedado na Silésia em casa de uma senhora que aleitava uma criança de cinco meses.

93. Sá, Miguel Ant6nio Heredia de, op. cit., pp. 32-33.

94. Macedo Junior, José Alvares de Azevedo, op. cit., p. 46.

95. Macedo, Francisco Ferraz de, op. cit., p. 129.

96. Meirelles, Zeferino Justino da Silva, op. cit., p. 12.

97. Castilho, Dr. Ildefonso Archer de, op. cit., pp. 10-11.

98. Ibid.

Esta senhora, não recebendo notícias de seu marido ausente, vivia triste; seu filho tinha às vezes convulsões, vômitos, diarréia, sintomas que se atribuíam à dentição. Um dia, enquanto este mamava, ela recebe com alegria a notícia da volta do marido, e ao mesmo tempo que lê a carta que tanto júbilo lhe causa a criança é assaltada de convulsões tetânicas e morre-lhe nos braços». ⁹⁹

A ligação entre convulsões da criança e nervosismo da mãe escapava a qualquer dúvida: «Boerhave conta que uma mulher acometida de um ataque de eclâmpsia, o qual se reproduziu sob a forma de epilepsia durante toda a sua existência». ¹⁰⁰ Fato semelhante fora observado em outras circunstâncias, confirmando a equação etiológica nervosismo x convulsão: «Os anais da literatura britânica referem que uma mulher, ainda agitada pelo perigo que acaba de correr seu marido em uma questão com um soldado que tinha-o ameaçado com um sabre, apresentou o seio a seu filho, que apenas começou a mamar logo abandonou-o e imediatamente foi atacado de convulsões e morreu». ¹⁰¹ Donde, concluiu o autor: «É portanto conveniente que as mães nunca dêem de mamar a seus filhos de baixo de qualquer impressão moral». ¹⁰²

A mulher mundana expunha os filhos a todos esses riscos. Estava sempre «enervada pelo luxo» e irritada pela falta de repouso. Os médicos começaram, então, a ameaçá-la com a bateria mórbida de que dispunham, caso insistisse em continuar levando a insensata vida que levava. Ameaçavam-na com «enfermidades intestinais» e com «síncope», se persistisse usando espartilhos muito apertados. ¹⁰³ Ou com a «tísica», se continuasse passando «noites inteiras em balles e saraus, dançando ligeiríssimas valsas só próprias de países frígidos», e «refrigerando-se

99. *Ibid.*

100. *Ibid.*

101. Zarnit, José Ribeiro dos Santos, op. cit., p. 15.

102. *Ibid.*

103. Sá, Miguel Antônio Heredia de, op. cit., p. 18.

com geladas orchatas». ¹⁰⁴ Entregue aos prazeres do mundo e renegando a amamentação, a mulher também perderia sua «formosura», contraindo numerosas doenças: «longe de conservar o verdor juvenil, ela (a mulher) o perde; seus peitos se ingurgitam e são muitas vezes a sede de tumores flegmonosos e «isquirrossos»; os esforços da economia não sendo mais atraídos aos órgãos da lactação, afluem aos órgãos gênito-urinários; daqui maior predisposição para concepção; o útero trabalhando mais expõe a mulher a diversas enfermidades flegmáticas». ¹⁰⁵

A loucura, finalmente, vinha completar a punição higiênica da mulher do mundo: «A razão do maior número de mulheres francesas alienadas do que as inglesas facilmente se acharão comparando os costumes de umas com os das outras; é o vício de educação das primeiras que as faz exceder em loucura; a preferência que se dá às artes de puro gosto, à leitura de romances, que sendo ainda elas muito jovens as obriga a desenvolverem uma atividade prematura, superior ao seu desenvolvimento, faz nelas desenvolverem-se desejos, para os quais ainda não estão elas preparadas, desperta-lhes idéias de uma perfeição imaginária e que não encontrarão senão nos romances; a grande freqüência de espetáculos, de círculos, abuso de música e a falta de ocupação fazem aumentar em França o número das alienadas. Na Inglaterra, ao contrário, as mulheres recebem uma educação mais forte, elas passam uma vida mais recolhida, mais interior, entregam-se mais aos seus serviços e mais se edificam; elas não ocupam no mundo um lugar tão importante como as primeiras» (grifos meus). ¹⁰⁶

A correlação entre mundanismo e doença teve um papel fundamental na domesticação da mulher. Fazendo do «excesso social» causa de enfermidade físico-moral, a higiene retirava a mulher do mundo e obrigava-a a amamentar os filhos.

104. *Ibid.*

105. Gomes, Antônio Francisco, op. cit., p. 7.

106. Figueiredo, Agostinho José da Costa. *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.

Contudo, é importante notar que os sintomas manifestados pela mulher mundana não tinham apenas uma etiologia social. Muitas moléstias provocadas pelo mundanismo, segundo os próprios médicos, também tinham uma outra gênese e etiologia: a insatisfação sexual. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito às doenças do «sistema nervoso», simultaneamente referidas a uma origem social e a uma origem sexual.

Defendendo o casamento contra a prática cultural do celibato feminino, comum na Colônia, um higienista apontava a «irritabilidade», a «clorose», as «palpitações», os «vapores», a epilepsia, a histeria e a loucura como conseqüências inevitáveis da continência a que eram submetidas as mulheres.¹⁰⁷ Aconselhando os pais das «núbeis» a se orientarem higienicamente diante desse problema, dia o autor: «Assim, logo que uma moça núbil deixar entrever uma inclinação bem decidida para o outro sexo (...) não hesiteis, se possível, em uni-la ao objeto amado (...). Uma vez satisfeitos os desejos, os acidentes desaparecerão depois de um certo tempo: com alegria e tranqüilidade reaparecerá a saúde, e a natureza auxiliada em seus esforços não deixará bem depressa traço algum desse estado anteriormente tão aterrador, e que somente poderiam apagar a certeza de ter um marido, um apoio, e a esperança, tão lisonjeira para uma mulher verdadeiramente virtuosa, de poder, em breve, ser mãe».¹⁰⁸

O nervosismo feminino foi, deste modo, duplamente manipulado pelos médicos. Na mulher mundana, já casada, foi predominantemente referido à etiologia social, com o objetivo de conservá-la na casa amamentando os filhos. Na mulher celibatária, foi, sobretudo, vinculado à etiologia sexual, com vistas a levá-la ao casamento e à maternidade.

A «mulher nervosa» tornou-se, assim, um personagem imprescindível ao poder médico. Em sua versatilidade etiológica permitia, ao mesmo tempo, que a mulher se emancipasse do patriarca colonial e que se mantivesse submissa ao compromisso

higiénico de alimentar tanto os filhos, quanto o machismo do homem.

A MULHER NERVOSA: CLIENTE DO MÉDICO, INIMIGA DO HOMEM

Gilberto Freyre, referindo-se à relação da mulher com o médico no séc. XIX, afirma: «A supremacia do médico sobre o confessor, na vida da família brasileira, esboçada desde as primeiras décadas do século XIX, veio marcar fase nova na situação da mulher. (...) A mulher de sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a *confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo* (grifos meus) oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e clerical. E convém aqui recordar que nas anedotas sobre maridos enganados — aliás, relativamente raras nos dias mais ortodoxamente patriarcais do Brasil — a figura do padre don Juan foi sendo substituída pela do médico. De mais de um médico foram aparecendo histórias de adultérios em alcovas ou sofás patriarcais».¹⁰⁹ Esta observação do autor ganha maior significado quando comparada a uma outra, feita por ele próprio, sobre a conduta feminina em fins do séc. XIX. Naquele momento, diz ele, tornou-se comum a «voga do ataque histérico entre as senhoras burguesas, à saída de enterros e em face de outras situações dramáticas».¹¹⁰

A segunda observação de Gilberto Freyre é o corolário histórico da primeira. A mulher nervosa foi, em parte, uma criação do médico. Servindo-se dela, a higiene implantou-se na família. Solicitada em sua versão sexual para combater pais e maridos e em sua versão mundana para dedicar-se aos filhos, a «mulher nervosa» ensinou a mulher a utilizar o nervosismo para impor seus interesses. Essa «criatura médica» tornou-se uma

109. Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., v. 1, pp. 298-299.

110. Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso*, 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1974, t. 1, p. CXXXVIII.

107. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., pp. 15-16.

108. *Ibid.*, p. 17.

arma obrigatória da mulher que queria livrar-se da opressão do cotidiano familiar. Quando insatisfeita com as obrigações sociais e domésticas, a mulher tinha um «ataque de nervos»; quando descontente com as privações sexuais, também fazia apelo ao nervosismo. Tiranizada pelo «nervosismo médico», a mulher serviu-se desse mesmo nervosismo para defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores.

Foi por esta via que o nervosismo de origem sexual veio a ter a dimensão que teve na vida da mulher oitocentista. A teoria higiénica da doença nervosa, fruto da insatisfação sexual, começou a ser usada pelas mulheres num sentido paralelo ao inventado pelos médicos. O nervosismo passou a ser simulado ou sentido sempre que a mulher pretendia opor-se ao homem ou obter dele concessões sexuais: «... dizem muitos autores que se pode encontrar moças, assaz astuciosas, para fingirem a epilepsia, a histeria e outras afecções, de que elas tenham ouvido dizer ser o casamento o único remédio, esperando que tratarão de as curar por esse meio».

Diante do nosso propósito é absolutamente supérfluo saber se o nervosismo ou a histeria sempre acometeram as mulheres. Como também é indiferente saber se estes fenômenos sempre tiveram uma natureza sexual. Esta discussão, cuja importância não minimizamos, tem seguramente seu lugar desde que referida a uma outra problemática. O fundamental, no momento, é perceber sob que circunstâncias as mulheres viram-se coagidas a usar o corpo e o sexo como meio de obter favores e direitos sociais. A utilizarem o sofrimento e a «doença» como forma de resistência e ataque ao poder do homem e como forma de esquivar-se às obrigações familiares que lhes foram impostas pela higiene.

Muito provavelmente, a situação endêmica de nervosismo histérico, de «vapores» e de «palpitações», em que viveu a mulher burguesa de fins do séc. XIX e começos do séc. XX, teve algumas de suas raízes no retorno do dispositivo médico-sexual sobre pais e maridos. Supomos, sem grande medo de errar,

que o mecanismo nervoso foi usado para dobrar a vontade dos pais e denunciar as restrições sexuais sofridas por parte dos esposos. A «crise de nervos» da mulher higiénica passou a funcionar como agressão ao homem. Grande parte da hostilidade ao pai-patriarca e ao homem-machista começou a exprimir-se daquele modo.

Sob esta óptica, explica-se melhor a posição «prestigiosa» e aconchegante do médico de família, descrita por Gilberto Freyre. Apoiando a mulher nervosa, escutando a «confissão de suas doenças, dores e intimidades do corpo», o médico mantinha viva sua política de dominação feminina e controle familiar. Medicando o nervosismo da mulher, o médico mantinha a sexualidade feminina a serviço da higiene e do Estado. Com sua escuta, reconhecia a insatisfação sexual da mulher expressa no nervosismo. Mas para desativá-la e negar suas conseqüências familiares: a mulher nervosa não se tornava adúltera. Com sua aliança terapêutica instigava a hostilidade da mulher contra o homem. Mas para medicalizá-la e conter seus efeitos: a mulher agressivamente nervosa não era ouvida e sim medicada. Finalmente, com sua presença científica, constatava os impasses da família higiénica, mas para ocultá-los therapeuticamente, convertendo as dissenções conjugais em desequilíbrio ou perturbações mentais.

A «mulher nervosa» foi para a nova mãe o que o «machista» foi para o novo pai. Para suportarem as novas obrigações paternas e maternas, homens e mulheres tiveram que recorrer monótona e compulsivamente a essas figuras sexuais. A higiene institucionalizou o nervosismo da mulher ao mesmo tempo que institucionalizava a repleção sexual do homem. A conduta nervosa da primeira era o negativo do desfile sensual do segundo. A mulher nervosa e insatisfeita tornou-se o oposto necessário do homem aparentemente saciado.

A família conjugal, saturada de sexo, tornou-se uma feira livre de erotismo. Um espetáculo «vaudevillesco» onde homens e mulheres concorriam para ver quem exibia com mais talento e destruição os predicados sexuais. O sexo higiénico, afinado com a sociedade que o produzira, entrava na era da competição. Transformava-se em instrumento de poder, de luta e retaliação.

111. Vianna, Antônio da Fonseca, op. cit., p. 17.

Se a presença médica nos «sobrados» mudou a situação da mulher, certamente o fez mediante esta estratégia. Armou sexualmente mulheres e homens que, daí em diante, dispunham de mais um motivo para corriqueiramente se odiarem e só excepcionalmente se amarem.

Graças a essa tática, a ordem médica criou sua norma familiar. Tornou possível a exploração do corpo e do sexo de todos aqueles que, oprimindo, se acreditaram acima da opressão. De todos aqueles que, extorquindo os oprimidos, nem por isso escaparam à extorsão.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. *Metáforas da desordem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ALENCAR, José de. *Diva*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Luciola*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Senhora*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Homossexualismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1906.
- ALMEIDA, Pedro José de. *Algumas considerações higiênicas acerca das habitações*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- ANDRADA JÚNIOR, José Bonifácio Caldeira de. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- ANDREONI, João Antônio. *Cultura e opulência do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Nacional, s.d.
- ARIËS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Ed. du Seuil, 1973.
- . *Histoire des populations françaises*. Paris, Ed. du Seuil, 1971.
- ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro e da sua influência sobre a saúde*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874.
- AZEVEDO, Aluísio. *Uma lágrima de mulher*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- . *Casa de Pensão*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.

- AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura: parte 3 da 5ª ed. da obra A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.
- BARBOSA, Adolpho Alves Simões. *Higiene da primeira infância. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, 1882.
- BARRETO, Tobias. *A educação da mulher*. In: ————. *A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros*. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1977.
- BARRETO FILHO, Mello & LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. S. A. A. Noite, 1939.
- BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. *Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem, e sobre o regime que deve seguir no estado de prenhez*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. 2ª ed., Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1954.
- BERGMANN, Michel. *Nasce um povo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- BINZER, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1956.
- BRETAS, Agostinho José Ferreira. *Dissertação inaugural sobre a utilização do aleitamento maternal e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dener*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1838.
- CAMARANO, João Baptista Capelli. *Da alimentação nas primeiras idades* — estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1884.
- CAMILLO, Alexandre Augusto D'Almeida. *O onanismo na mulher, sua influência sobre o físico e o moral*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1880.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. 5ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975, v. 2.
- CARRÃO, José Mariano de Amorim. *Algumas considerações sobre o homem nas suas diferentes idades*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1848.
- CARVALHO, Leôncio de. *Educação da infância desamparada, discurso*. Rio de Janeiro, Nacional, 1883.
- CASTEL, Robert. *L'ordre psychiatrique, l'âge d'or de l'alienisme*. Paris, Minuit, 1976.
- CASTILHO, Ildelfonso Archer de. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882.
- COLLAÇO, Felipe Neri. *O conselheiro da família brasileira* — enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática. Rio de Janeiro, Garnier, 1883.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*, um corte ideológico. Rio de Janeiro, Documentário, 1976.
- COSTA, Thomas José Xavier dos Passos Pacheco e. *Considerações gerais sobre os cuidados que se devem prestar aos recém-nascidos quando vemos no estado de saúde e sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1840.
- COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora*. Bahia, Typografia de Carlos Poggetti, 1849.
- CUNHA, Balbino Cândido da. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais se devem regular os nossos colégios*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.
- CUNHA, Herculano Augusto Lassance. *Dissertação sobre a prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972.
- DONZELOT, Jacques. *La police des familles*. Paris, Minuit, 1977.
- EBOLI, Thomaz. *Dissertação sobre a higiene, os prejuízos que causam uma má amamentação*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1880.
- EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Conquista, 1956.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. 2ª ed., São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1976.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.
- FIGUEIREDO, Agostinho José da Costa. *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, Hachette, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 12ª ed., Brasília, Ed. da UnB, 1963.

- , *Ordem e Progresso*. 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1974.
- , *Sobrados e Mucambos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, São Paulo, José Olympio, 1951.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio/MEC, 1975.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- GOMES, Antônio Francisco. *Influência da educação física do homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.
- HOORNAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977. t. 2.
- HUNT, David. *Parents and children in History, the psychology of Family Life in Early Modern France*, 2ª ed., N. York, Harper & Row Publisher, 1972.
- JAIME, Manoel Ignácio Figueiredo. *Considerações sobre as paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor a pátria*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1836.
- JARDIM, David Gomes. *Algumas considerações sobre a higiene dos escravos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- JARDIM, Gustavo Gomes. *Algumas considerações acerca das vestimentas*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1843.
- KIDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo, Martins, Ed. da USP, 1972.
- KÓNIG, René. *Sociologie de la mode*. Paris, Payot, 1969.
- LASCH, Christopher. *What the doctor ordered?* New York Review, New York, Dec., 1975.
- LAVRADIO, Barão do. *Parecer sobre a memória do Dr. José Maria Teixeira*; causas da mortalidade de crianças no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1887.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas etc*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- LUGON, Clóvis. *A república «comunista» cristã dos guaranis*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1976.
- MACEDO, Francisco Ferraz de. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1872.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo, Nacional, 1952.
- MACEDO JÚNIOR, José Alvares de Azevedo. *Prostituição*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972.
- MACHADO, Roberto et alii. *Danação da norma*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MAFRA, Joaquim José de Oliveira. *Esboço de uma higiene de colégio, aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde, e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855.
- MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
- MELLO, Joaquim Pedro de. *Considerações acerca da educação física dos meninos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.
- MELLO, José Tavares de. *Considerações sobre a higiene da mulher durante a puberdade e aparecimento do fluxo catamenial*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.
- MENDES JR., Antônio, et alii. *Brasil História. Império*. Rio, Brasilense, 1977, t. 2.
- MILLER, René Fülöp. *Os Jesuítas e o segredo do seu poder*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.
- MONTEIRO, Joaquim José dos Remédios. *Higiene e educação da infância*. Resende, Tipografia Fernandes & Cia., 1868.
- MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1974.
- NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e misto e, particularmente, do mercenário em relação às condições em que ele se acha no Rio de Janeiro, 1873*.
- , *em que se ache no Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva, Ed. da USP, 1972.
- PADILHA, Francisco Fernandes. *Qual o regime alimentar das classes pobres do Rio de Janeiro? Que moléstias mais comumente grassam*

- entre elas? *Que relações de causalidade se encontram entre esse regime e as moléstias?* Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1853.
- PEIXOTO, Antônio Luis Silva. *Considerações gerais sobre a alienação mental*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.
- PENNA, Martins. *Comédias*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- PETER, Jean Pierre. *Le grand rêve de l'ordre medical en 1770 e aujourd'hui in Autrement*, Paris, 1976, n.º 4.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3.ª ed., São Paulo, Martins, 1959.
- POMPEIA, Raul. *O ateneu*. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s.d.
- PRADO, J. F. Almeida. *D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil — 1815-1889*. São Paulo, Nacional, 1968.
- REIS, Celso Eugênio dos. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e, em particular, do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1874
- REIS, João Gomes dos. *Dissertação médico-legal sobre o aborto*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1968.
- _____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de Jornais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- RODRIGUES, José Honório *Independência: revolução e contra-revolução: Economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- ROSÁRIO, Alexandre José do. *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas, sobre o moral do homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839.
- SÁ, José Marques de. *Higiene da pele no Rio de Janeiro: vestuário e banhos*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1850.
- SÁ, Miguel Antônio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- SAIA, Luis. *Morada Paulista*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

- SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-novos, Jesuítas e inquisição*. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1968.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Huciter, Ed. da USP, 1977.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3.ª ed. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1976.
- SHORTER, Edward. *The making of modern family*. New York, Basic Books, 1975.
- SILVA, João Diogo Esteves da. *O casamento e o celibato em relação ao homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1879.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)* São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1977.
- SOARES, Ubaldo. *O passado heróico da Casa dos Expostos*. Rio de Janeiro, Seção gráfica da Fundação Romão Mattos Duarte, 1959.
- SOISA, Francisco Manoel Soares de. *Generalidades médicas acerca do recrutamento*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- SZASS, Thomas. *The manufacture of madness*. New York, Delta Book, 1970.
- TEIXEIRA, José Maria. *Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*. Memória apresentada à Imperial Academia de Medicina em ewaposta a esta questão posta a prêmio na sessão de 6 de julho de 1886, e laureada com o 1.º prêmio em sessão magna de 30 de julho de 1887. Rio de Janeiro, 1888.
- _____. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Central Brown & Evaristo, 1876.
- TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Progresso, 1956.
- TÔNNIES, Ferdinand. Normas sociais: características gerais. In CARDOZO, F. H. & IANNI, O., org. *Homem e Sociedade*. 2.ª ed. São Paulo, Nacional, 1965.
- UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. *Algumas considerações sobre a educação física*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.
- USSEL, Jos van. *La represion sexual*. México, Roca, 1974.
- VALLE, Manoel Maria de Moraes e. *Algumas considerações sobre a medicina do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846.
- VASCONCELOS, Carlos Rodrigues de. *Higiene escolar suas aplicações à cidade do Rio de Janeiro*. Tese (concurso). Rio de Janeiro, 1888.

- VIANA, Antônio da Fonseca. *Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1842.
- VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1974.
- VIANNA, Murilo Mendes. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e, em particular, do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869.
- VIEIRA, Antônio (Pe.). *Os sermões*. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1969.
- VIEIRA, José Cipriano Nunes. *Higiene da primeira infância*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882.
- ZAMITH, José Ribeiro dos Santos. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e, particularmente, do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1869.

Roberto Castel

A ORDEM PSIQUIÁTRICA: A IDADE DE OURO DO ALIENISMO

Este livro é um passo decisivo na investigação do nascimento da psiquiatria e na análise das condições concretas em que o fenómeno da loucura é apropriado como objeto de saber e poder por instituições socialmente reconhecidas. Explicita assim as relações sociais, políticas e económicas de existência da psiquiatria, e revela como essa prática terapêutica, pela inserção dos psiquiatras nas engrenagens do poder, torna "patológico" um domínio das condutas sociais, subordinando-o à medicina. Institucionaliza-se assim uma estratégia de manter a ordem sob controle, limpando do convívio social os imprestáveis e disciplinando os demais para o trabalho. Apresentação de J. A. Guilhon Albuquerque.

José Augusto Guilhon Albuquerque

INSTITUIÇÃO E PODER

Elaboração de um modelo de interpretação política da realidade social, pela análise concreta das relações de poder nas instituições. Em um trabalho de construção teórica e metodológica raramente realizado por cientistas sociais brasileiros, este livro mostra o impasse das diversas correntes diante da análise das formas que toma o Estado e outras instituições como os sindicatos, os partidos, a escola, a justiça, a empresa ou as instituições psiquiátricas. Apresentação de Lúcio Kowarick.

Jacques Donzelot

A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS

Este não é simplesmente um livro a mais sobre a crise da família, mas uma análise instigante sobre as armadilhas e máquinas do social no momento em que a família torna-se, ao mesmo tempo, alvo e ponto de apoio de uma ação política, que se efetiva através de técnicas e saberes variados, como a assistência social, a medicina, a economia, a educação, a psiquiatria e a psicanálise. Prefácio de Gilles Deleuze.

Michel Foucault

EU, PIERRE RIVIÈRE, QUE DEGOLEI MINHA MÃE, MINHA IRMÃ E MEU IRMÃO

Em 1835, um jovem camponês mata a golpes de foice a mãe grávida, a irmã adulescente e um irmão de sete anos. Preso, sofre longo depoimento sobre as razões do seu ato. Condenado à morte, trava-se acirrada polémica entre psiquiatras e juristas, e a repressão judiciária é suspensa pelo diagnóstico médico: o jovem é considerado louco e sua pena é comutada em prisão perpétua. Meses mais tarde, enforca-se em sua cela.

A agitação em torno desse caso marca o início da luta da psiquiatria por uma posição, ao lado da justiça, entre as instâncias de controle da vida social. Este livro é o resultado de um trabalho de equipe realizado no Collège de France sob a direção de Michel Foucault, reunindo as peças judiciárias do processo e desenvolvendo análises sobre aspectos jurídicos e psiquiátricos do caso à luz das conceituações atuais.

Michel Foucault

MICROFÍSICA DO PODER

A medicina, a psiquiatria, a justiça, a geografia, o corpo, a sexualidade, o papel dos intelectuais, o Estado, são analisados por Foucault em vários artigos, entrevistas e conferências reunidos neste livro. Todos os textos têm como tema central a questão do poder nas sociedades capitalistas: sua natureza, seu exercício em instituições, sua relação com a produção da verdade e as resistências que suscita.

O método genealógico desenvolvido por Foucault evidencia a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas e indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz. E na medida em que o poder não está localizado exclusivamente no aparelho de Estado, diz Foucault, "há mudanças na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados".

Michel Foucault

HISTÓRIA DA SEXUALIDADE — I: A VONTADE DE SABER

A sexualidade tem sido bruscamente censurada, reprimida pela sociedade, depois de ter vivido em liberdade de palavras e atos? Segundo Foucault, a sociedade capitalista não obrigou o sexo a esconder-se. Ao contrário, desde o século XVI e principalmente a partir do último século, o sexo foi incitado a se confessar, a se manifestar. É justamente o poder que nos convida e enuncia nossa sexualidade através das diversas instituições e saberes, como peça essencial de uma estratégia de controle do indivíduo e da população que é característica da sociedade moderna. Apresentação de Roberto Machado.

George Rosen

DA POLÍCIA MÉDICA À MEDICINA SOCIAL; Ensaio sobre a História da Assistência Médica.

A evolução da Medicina Social na Europa e na América, do século XVII aos dias atuais. Estudos que caracterizam a Medicina Social como prática e teoria a partir de uma dupla relação: com as condições políticas, econômicas e ideológicas, e com as ciências biológicas e sociais. Apresentação de Hélio Cordeiro.

Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz, Katia Muricy

DANAÇÃO DA NORMA: MEDICINA SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DA PSIQUIATRIA NO BRASIL

Minuciosa e inovadora pesquisa que recorre às origens da medicina social e da psiquiatria no Brasil, para tentar compreender sua forma atual, seu papel na sociedade, sua ambição como instrumento técnico-científico a serviço do Estado. A partir da análise da medicina como discurso e prática políticos, este livro procura desvendar o papel desempenhado pelas instituições sociais como meio de controle dos indivíduos e das populações através do saber das ciências humanas. Apresentação de Jurandir Freire Costa.

José Ricardo Ramalho

MUNDO DO CRIME: A ordem pelo avesso

A partir da ótica dos próprios criminosos em uma cadeia pública (a Casa de Detenção de São Paulo, maior presídio do país), o autor mostra como se organiza o "mundo do crime", suas regras, suas relações com as demais instituições e com a estruturação global da sociedade. Mostra também a utilidade do crime para o sistema, atuando como mecanismo de sujeição dos grupos mais pobres e como verdadeira "indústria" geradora de empregos, poderes e benefícios. Em vez de pensar mais uma vez nas dificuldades de se combater o crime, a proposta desse livro é investigar as implicações políticas e econômicas de sua existência e as razões pelas quais, em uma sociedade como a nossa, o crime não pode acabar.

Roberto Machado

CIÊNCIA E SABER — A trajetória da arqueologia de Foucault.

Estudo sobre a filosofia de Michel Foucault. Retomando alguns princípios da epistemologia de Bachelard e Canguilhem — centrados nas ciências da natureza e da vida —, a história arqueológica realizada por Foucault produziu uma série de deslocamentos metodológicos para dar conta das ciências do homem. Para o autor, a trajetória da arqueologia de Foucault expressa justamente as diferentes formulações de uma exigência de radicalidade teórica e política. Em um campo em que os métodos epistemológicos têm se mostrado ineficazes ou insuficientes, a revolução metodológica desencadeada por Foucault mostra-se capaz de tornar relevante o estudo histórico-filosófico desses saberes.

Mariza Corrêa MORTE EM FAMÍLIA

Um estudo a respeito de julgamentos de assassinatos, ou tentativas de assassinatos, entre casais: homens e mulheres que sentaram no banco dos réus do Tribunal do Júri de Campinas, SP, num período de vinte anos e assistiram à sua transformação em estereótipos do masculino e do feminino aceitos na sociedade brasileira.

É também uma reflexão sobre a transformação sofrida pelos atos considerados criminosos em nossa sociedade, ao serem eles apropriados pelo sistema jurídico, passando a ser parte dos autos de um processo.

No mundo dos autos, a mulher é definida pela sua pertinência ao âmbito doméstico, o homem pela sua integração ao âmbito do trabalho e, ambos, desapropriados de sua realidade, deixam de ser sujeitos de seus atos, que serão redefinidos de acordo com uma outra lógica.

PRÓXIMO LANÇAMENTO

INSTITUIÇÃO NEGADA
Franco Basaglia

graal

EDIÇÕES GRAAL Ltda.

Rua Hermenegildo de Barros, 31-A - Glória
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.241
Tel.: 252-8582